

Em busca do despertar: o fortalecimento da sociedade civil angolana após a Segunda República

Rodrigo de Souza Pain¹

Marilise Luiza Martins dos Reis²

Resumo

O presente artigo pretende apontar os novos caminhos desenvolvidos pela sociedade civil angolana após a passagem da Primeira República, caracterizada por um Estado de Partido Único, por uma economia planificada e inspirada nos ideais marxistas e leninistas; para a Segunda República, ou seja, para uma economia de mercado, multipartidária, explicitando as adversidades advindas das diversas realidades sociais, políticas e culturais do espaço territorial angolano resultante do processo de colonização, para a formação e consolidação da democracia e da sociedade civil em Angola.

Palavras-Chave: Sociedade Civil Angolana; Estado; Política; Economia Planificada; Economia de Mercado.

Abstract

The present article intends to after point the new ways developed for the Angolan civil society the ticket of the First Republic, characterized for a State of Party Only and of planned economy, inhaled in the Marxist and Leninist ideals; for the Second Republic, that is, for a market economy, demonstrating the happened adversities of the diverse social, politics and cultures realities of the Angolan territorial space resultant of the settling process, for the formation and consolidation of the democracy and of the civil society in Angola.

Keywords: Angolan civil society; State; Politics; Planned Economy; Market Economy.

¹ Doutorando do Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, na área de Estudos Internacionais Comparados pela UFRRJ. Especialista em História da África pela Universidade Cândido Mendes. Especialista em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais e História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Email: rodrigo_pain@ig.com.br

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - UFSC; Mestre em Sociologia Política - UFSC; Bacharel em Ciências Sociais - UFSC; Professora Substituta da Universidade do Estado de Santa Catarina. Email: mari_martins1@hotmail.com

Introdução

A história recente angolana, marcada por um longo conflito armado, não foi eficaz no desenvolvimento de uma cultura do diálogo, sendo a desconfiança um pilar importante nas relações entre pessoas e instituições. As dificuldades que essa sociedade enfrenta, principalmente no que diz respeito às restrições de sua atuação, à dificuldade de inserção na formulação de políticas públicas e ao desenvolvimento de parcerias junto ao governo demonstram a especificidade dos países que passaram por processos de colonização e dominação e a problemática da formação e do fortalecimento da sociedade civil³.

Destarte tal contexto, atores não-estatais angolanos têm se empenhando em direção à valorização da democratização e da sociedade civil enquanto agente transformador do espaço social através de ações fundamentais, não empreendidas até então. A reconfiguração do espaço público pela qual passou a sociedade angolana durante a colonização, que foi comandada pelo Estado colonial português de Salazar e, posteriormente, pelo governo de Partido Único marxista-leninista, e o papel da sociedade civil no contexto do conflito armado, que resultou no nascimento da II República em Angola, serão objetos de discussão neste artigo buscando-se, dessa forma, compreender os desafios contemporâneos que a sociedade civil angolana vem enfrentando, agora em um contexto que podemos considerar de “paz”.

³ O conceito de sociedade civil aqui utilizado tem a influência dos autores Cohen e Arato (1992). Para ambos, tal conceito está no centro das discussões que levaram à constituição da modernidade ocidental, quando ela revelou-se incapaz de produzir formas de solidariedade a partir de estruturas de coordenação impessoais de ação. Essa necessidade de se produzir formas modernas de solidariedade a partir da sociedade civil gerou novas considerações acerca deste conceito. Assim, a sociedade civil, segundo essa concepção, é concebida como a esfera da interação social entre a economia e o estado, composta principalmente pela esfera íntima, pela esfera associativa, pelos movimentos sociais e pelas formas de comunicação pública. A sociedade civil moderna, criada por intermédio de formas de autoconstituição e automobilização, institucionaliza-se através de leis e direitos subjetivos que estabilizam a diferenciação social. As dimensões de autonomia e institucionalização podem existir separadamente, mas ambas seriam necessárias em longo prazo para a reprodução da sociedade civil.

As Diversas angolas dentro de Angola

Para que possamos compreender a dimensão das ações empreendidas por atores não-estatais para o processo de consolidação de uma sociedade democrática em Angola é preciso observar as “diversas Angolas” existentes neste país. Não se pode observar esse país de forma homogênea, principalmente naquilo que se refere ao campo cultural.

Tal como em muitos países africanos, no pós-independência de Angola as estruturas de poder constituídas, mantidas e consentidas pelos diversos atores sociais envolvidos configuraram uma paisagem operacional e institucional na qual forças centrípetas, induzidas pelas lógicas da independência “nacional”, confrontaram-se com múltiplas tendências centrífugas que pulverizaram poderes políticos disjuntivos por grande parte do território da “República de Angola”. Como resultado destes movimentos aponta-nos Wilhem (apud Milando, 2006, p.95) que, em função do conteúdo concreto que se atribui à expressão “República de Angola”, é possível destrinçar várias realidades sociais, políticas e culturais no espaço territorial angolano, em parte, como consequência da colonização. Para ele, aqueles que buscam compreender a formação da sociedade civil angolana devem levar em consideração estas várias realidades, caso contrário, terão apenas uma visão superficial do que seja essa formação.

Dessa maneira é possível, dentro de cada uma dessas realidades, apreender diversas dinâmicas sociais que podem ser analisadas segundo diversos critérios. Milando (idem, p.96) privilegia dois critérios: a gestão efetiva ou não destas realidades pelo governo central, e o tipo de racionalidades e de mecanismos de produção e de reprodução sociais predominantes.

Considerando ambos os critérios, o autor caracterizou as várias Angolas, ou seja, as várias dinâmicas sociais presentes dentro de Angola, chegando a determinação de quatro Angolas: a governamental, a Ad Hoc, a Angola de Ninguém e a Angola Constitucional. A

“*Angola Governamental*”, segundo Milando, corresponde à parte do país onde se faz sentir, de forma duradoura, a administração central do Estado e a gestão político-militar do governo / Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA⁴. Em termos geográficos, esta parte de Angola é constituída principalmente por Luanda, pelas capitais provinciais e pouco mais que as áreas urbanas e peri-urbanas do país. São as forças políticas deste espaço que estão em evidência quando se fala de Governo Central. Não fazem parte desta Angola as outras parcelas do território nas quais nunca se fez sentir uma presença, ou influência duradoura e efetiva das autoridades centrais.

A segunda dinâmica social identificada por Milando (2006) é a “*Angola Ad Hoc*” – que se refere às áreas do país que, de um modo prolongado, estiveram ocupadas pelas forças da UNITA⁵ ou onde se fez sentir a influência da sua política disjuntiva em relação ao Governo Central.

A terceira dinâmica corresponde a “*Angola de Ninguém*”, constituída por diversas “ilhas” rurais dispersas, sobretudo no norte, no leste e no sudoeste do país e que, em alguns casos, corresponde àquelas parcelas do país nas quais estiveram quase sempre ausentes as atividades políticas, sejam das autoridades de “*Angola Governamental*”, ou de “*Angola Ad Hoc*”. Essa Angola corresponde, também, às dinâmicas linhageiras da vida comunitária, nas quais a presença das forças políticas das dinâmicas anteriores nunca conseguiu se impor a ponto de suplantar aquelas dinâmicas em direção a lógicas mais cidadinas de produção e reprodução sociais.

⁴ O Movimento Popular de Libertação de Angola surgiu em 10 de dezembro de 1956 como resultado da fusão de outros partidos e organizações. Sua base de apoio saiu das comunidades de brancos, mestiços e Ambundos. Conquistou o poder assim que Angola tornou-se independente, tornando-se Partido Único de orientação marxista – leninista. Mas abandonou tal modelo político, social e econômico em 1991, quando passou a adotar o sistema multipartidário e a economia de mercado. Até hoje permanece no poder.

⁵ União Nacional de Independência Total de Angola. A UNITA foi o último dos três grandes movimentos angolanos a ser fundado (13 de março de 1966). Jonas Savimbi, seu líder, acusou Holden Roberto, líder da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) de regionalismo quando trabalhavam juntos. Sua base de sustentação provém dos povos Ovimbundu, do Planalto Central angolano, principal grupo étnico de Angola. Esse movimento lutou no conflito armado contra o governo até 2002 de forma quase ininterrupta e ganhou muita força após a independência de Angola.

Finalmente a quarta dinâmica a ser considerada é a de *“Angola Constitucional”* ou *“Angola - Projecto”*, que se distancia das outras “três angolas” na medida em que tal dinâmica não é substancial, mas, ao contrário, sustentada pela constituição da República de Angola, pelo discurso oficial das autoridades de “Angola Governamental”, e também, pelo sistema das relações internacionais, cujos mecanismos de legitimação do Estado-Nação diferenciam-se, freqüentemente, das realidades empíricas de referência. Trata-se de uma representação social de Angola que corresponde ao espaço institucional no qual o governo central condensa a seguinte expressão: *“De Cabinda ao Cunene, um só povo, uma só nação”*. Ou seja, essa quarta dinâmica expressa a República de Angola desejada pelas Nações Unidas, pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional e pela “Comunidade Internacional” em geral.

Segundo Milando (2006, pp. 95-100) apesar de ser um projeto parcialmente destituído da sua substância concreta – um país constituído por múltiplas diversidades, despedaçadas ao longo dos processos colonizadores e de dominação estatal – é desta Angola projeto, desta Angola de *“um só povo, uma só nação”* que trata a maioria da literatura existente sobre a realidade pós-colonial do país. É sobre esta Angola que se debruçam as poucas análises feitas sobre o “despertar” da sociedade civil angolana. No entanto, é nessa mesma sociedade civil organizada que podemos enxergar Angola em suas múltiplas diversidades, invisibilizadas na tipificação moderna de Nação.

O surgimento da sociedade civil organizada em Angola

A sociedade civil angolana tem uma história que é anterior ao dia da independência do país. Não se pode conceber o onze de novembro de mil novecentos e setenta e cinco como sendo o marco da história do surgimento da sociedade civil organizada em Angola. Pestana (2004, p. 03), por exemplo, não considera nem mesmo o nacionalismo moderno angolano, que conduziu à luta armada entre os anos 1950/1960, como ponto de partida da

conformação da sociedade angolana. Para ele, existe uma “história antiga” dessa sociedade que tem ligação imediata com a história do movimento associativo angolano, cujas origens estão situadas nas associações culturais e nos movimentos cooperativistas e mutualistas de meados do século XIX e que deram corpo à afirmação do direito de cidadania dos africanos nos anos 1930, prolongando-se ao longo de todo o século XX.

Sobre o associativismo angolano do século XIX, Freudenthal (1988, p. 19) aponta que, através da imprensa (que surge com significativo impacto na elite da Angola colonial no final do século XIX) as elites participaram das críticas formuladas à administração colonial, reivindicando direitos, denunciando abusos e desencadeando o temor e o ódio dos colonos, cujos interesses estavam em contradição com as disposições legais, nomeadamente no que dizia respeito à imposição do trabalho obrigatório e às duras condições desse trabalho. Essas elites fizeram ouvir a sua voz através da imprensa não só em Angola, mas também em Lisboa, reforçando assim as bases de sua identidade⁶.

Para Pestana (2004, p.03), a história mais recente da sociedade civil angolana tem a ver com o “renascer” desse movimento associativo, com a reafirmação da sua autonomia, da sua legitimidade e de sua intervenção no espaço público depois que os movimentos de libertação abandonaram o espaço público criado no contexto colonial e se assumiram como partidos – nação, caso que não se restringiu apenas a Angola, mas a muitos movimentos de libertação de outros países colonizados.

Porém, faz-se necessário afirmar que a configuração do espaço público em Angola foi comandada pelo Estado desde a época colonial⁷. Desta maneira, os severos limites impostos à participação⁸ de atores não-estatais impediram a construção social de uma

⁶ A autora chama atenção para o jornal “O negro”, publicado em Lisboa, em 1911, que atuou como porta-voz do Partido Africano, através do qual a elite africana lá residente expôs os seus protestos e as suas aspirações sobre o futuro das colônias e os direitos dos africanos (1988, p.19).

⁷ Vale lembrar que a própria Metrópole era comandada pelo ditador Salazar desde o final dos anos 1920.

⁸ Eis a dificuldade de compreensão do conceito de sociedade civil, principalmente quando os autores que se debruçam na temática buscam um conceito definido, sem compreender as diversas dinâmicas e os diversos atores sociais e políticos que atuam na complexidade da sociedade analisada, a angolana no caso. Segundo Pestana (2004, p.04), a variedade das dinâmicas da sociedade civil angolana somente pode ser compreendida,

cultura do diálogo e ignoraram a contribuição de mecanismos promotores de coesão social, particularmente de normas sociais complementares à racionalidade do Estado e do mercado (Elster apud Abreu, 2006, p. 28).

De acordo com Davidson (2000, p. 184), o regime português foi um órgão de repressão sistêmica em nível interno e reproduziu as mesmas misérias na África, concedendo poucos direitos cívicos aos seus próprios cidadãos e, praticamente, nenhum direito válido aos seus “nativos”. As alternativas em termos de política ou de método nunca foram temas de debates no seio deste império, mas sim, uma provocação para a polícia política (PIDE - Polícia Secreta Portuguesa no Período Colonial).

Assim, fica difícil falar em participação da sociedade civil no contexto da época colonial. Manifestações fizeram-se presentes, principalmente através dos movimentos de libertação nacional, mas, no entanto, a conjuntura autoritária dificultava qualquer tentativa de participação por parte da população.

Já no período pós-colonial, a aceitação do Estado-Nação pós-colonial na África significou a aceitação da partilha e das práticas morais e políticas da administração colonial nas suas dimensões institucionais (Davidson, 2000, p. 161). Isso aponta uma característica particular de Angola, o contexto da sociedade civil pós-colonial consolidou-se com aspectos muito parecidos com os do período português, principalmente naquilo que diz respeito ao autoritarismo, marcante naquele momento.

Em relação às análises sobre a “sociedade civil” angolana no período de vigência do regime de Partido Único em Angola (pós-independência, 1975-1991) encontramos reflexões geralmente reducionistas, compelidas em negar qualquer existência de uma autonomia latente, ou exclusivamente legitimadoras, transformando as organizações de

massas criadas pelo próprio governo do MPLA como, por exemplo, a Organização das Mulheres Angolanas, em pseudo-representantes dessa “sociedade civil”⁹.

Outro elemento importante a se considerar na busca da compreensão do despertar da sociedade civil angolana é a própria guerra civil que, nas duas primeiras décadas após a independência, inibiu o desenvolvimento de organizações autônomas atuando no espaço público. Dessa forma, toda a tentativa de autonomização da sociedade civil foi também esmagada pela guerra, na medida em que a deslegitimação do poder do Estado não reforçou o poder da sociedade civil; ao contrário, reforçou um outro poder, armado e de natureza totalitária que, em contrapartida, deu novo fôlego a máquina estatal, quando a rejeição ao poder armado contribuiu, para bem ou para mal, para o seu reforço e para o conseqüente enfraquecimento das organizações autônomas¹⁰.

Toda essa configuração da história política de Angola é importante para entendermos porque seu espaço público não pode ser concebido como um espaço neutro. Esse espaço tem a sua própria história – traumática – que influencia fortemente a capacidade dos angolanos de se organizarem e de falarem publicamente (Comerford, 2005, p.03). Munslow (apud Comerford, 2005, p.03), afirma que,

“É necessário estudar de novo a história (de Angola) para se entender o espaço limitado que existe para a sociedade civil prosperar em Angola. Durante o domínio colonial reprimiram-se as organizações africanas independentes (...) No meio das fileiras do MPLA, a tentativa de golpe de Estado de Nito Alves¹¹ em maio de 1977 teve enormes ramificações para impedir o futuro crescimento da sociedade civil em Angola”¹².

⁹ Pestana (2004, p.05) procura traçar a genealogia analítica dessa realidade que ainda não ousa dizer seu nome e que, por vezes, é designada como o conjunto dos cidadãos sem partido.

¹⁰ Exemplos foram às medidas impedindo a formação e o desenvolvimento das atividades de associações de caráter cívico como a Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD), bem como a alteração da lei de resposta dos partidos políticos (1995) que dificultaram a participação política destes, assim como a censura dos grandes órgãos de difusão que não pertenciam ao Estado. As associações cívicas eram acusadas pelo regime de antipatrióticas (por acolherem os relatórios sobre direitos humanos de organizações internacionais), de trabalharem a serviço do “inimigo” e por serem politicamente da oposição, alegações que criavam um ambiente de intimidação e dava campo a ações camufladas de segurança de Estado contra seus dirigentes (Lopes, 2004, pp. 01-02).

¹¹ Seguindo esse raciocínio podemos relacionar o violento conflito que se seguiu após as eleições de 1992, que causou milhares de mortes (em apenas dois dias); assim como em 1977, quando na tentativa de golpe

Todo o trauma de longos anos de guerra mergulhou a sociedade angolana em uma espécie de “cultura da violência e do medo” que se refletiu na falta de participação, na omissão e na submissão por parte dos angolanos em determinadas situações. Adão Avelino Miguel (2006, p.26), filósofo e docente da Universidade Católica de Angola salienta, ao analisar a conjuntura atual, que se sente claramente uma manifesta falta de participação e envolvimento na execução das tarefas sociais e culturais, presente-se a ausência de motivação para realizar e implementar planos e projetos comunitários, sente-se que falta coragem, dedicação e abnegação na realização e no cumprimento das tarefas comunitárias. Na verdade, sente-se que só poucos fazem o muito que todos deveríamos fazer ¹³.

Segundo Miguel (2006), ainda assim, na conjuntura do Partido Único, o espaço literário angolano, – representado na figura da União dos Escritores Angolanos (UEA) nascida num clima, ao mesmo tempo, de lutas internas no seio do poder político e da ânsia pela (re)estruturação do campo literário e cultural autônomo – foi o ambiente em que se pôde desfrutar de uma relativa autonomia naquilo que dizia respeito ao controle do espaço público por parte do Estado¹⁴, constituindo-se como uma fonte de legitimidade independente (Pestana, 2004, p.10).

Essa instituição teve caráter fundamental, pois ela liderou este esforço de (re) estruturação do campo literário, definindo-se como uma organização de intelectuais que

dentro do seio do MPLA, que foi reprimida de forma violenta, houve milhares de mortes marcando fortemente a sociedade civil angolana.

¹² Na única eleição que houve em Angola, o Presidente José Eduardo dos Santos (MPLA) venceu no primeiro turno o candidato da UNITA, Jonas Savimbi. No entanto, este último não aceitou o resultado alegando fraude (o que não foi constatado pelos observadores internacionais), recusou-se a participar do segundo turno, e mergulhou o país novamente numa guerra sangrenta (inclusive na capital e nos arredores) depois de alguns meses de trégua por causa das eleições.

¹³ Percebemos que até hoje o eco de tanto autoritarismo imposto à população ainda tem significativo impacto na participação da população em ações sociais.

¹⁴ Na época, alguns dos maiores nomes da cultura nacional, em conseqüência da forma violenta como eram resolvidas as diferenças (ou contradições) políticas ou de personalidade no interior do movimento nacionalista, tinham se distanciado dos círculos do poder, tinham sido marginalizados ou eram, ainda, objeto de severo esquecimento.

defendia a revolução, ao mesmo tempo em que reclamava a legitimidade de representar todos os escritores angolanos, pretensão reveladora de uma contradição nos próprios termos e que esconde mal o espírito confederador que ela pretendia desempenhar.

Como afirma Pestana (2004, pp. 10-11), a União dos Escritores Angolanos era o lugar onde evoluía esta contradição entre “autonomia literária” e “controle político”; ao mesmo tempo em que proporcionava uma relativa autonomia do espaço literário face ao controle do Partido Único e do Estado, permitindo esforços redobrados das elites políticas com vistas a instrumentalização política da literatura e dos escritores¹⁵.

A reestruturação da Sociedade Civil Angolana na II República – Em busca do Despertar

Mudanças significativas ocorreram com a transição da República Popular de Angola para a República de Angola, em 1991. A passagem para o Estado multipartidário democrático de direito trouxe enormes mudanças no quadro jurídico do país criando leis importantes, como a Lei das Associações (com seu funcionamento independente do Estado), a Lei dos Partidos Políticos Independentes, a Lei do Direito à Greve, a Lei de Liberdade de Imprensa, a Lei de Reunião Pacífica, entre outras.

A simples observação das designações deste pacote de leis nos revela como era a ocupação do espaço público pelo Estado durante a Primeira República. Abreu (2006, p.34)¹⁶ aponta, por outro lado, a falta de regulamentação ou a regulamentação tardia dessas

¹⁵ Alguns escritores com passado em agrupamentos informais de esquerda criaram, abertamente, uma associação cultural em Luanda que publicou, conforme aponta Gonçalves (2004, p.27), a revista literária “Archote”, animando interessantes debates nos quais se combatia o monolitismo do regime na cultura e foi decisivo na constituição da Associação Cívica Angolana. Fundada em 1990, a primeira ONG angolana tinha como vocação a defesa dos direitos humanos.

¹⁶ Socióloga angolana que defendeu em 2006 a tese de doutorado no IUPERJ, com o título “Sociedade civil em Angola: da realidade à utopia”.

leis, observável nas datas de suas respectivas aprovações, o que gerou desentendimentos na sua interpretação¹⁷.

Em 1994, três anos após o nascimento da II República em Angola, Fernando Pacheco (1994, p.07), presidente de uma das maiores ONG's angolanas (ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiental¹⁸), afirmava já existir uma sociedade civil angolana “*como a expressão de forças sociais e econômicas formais e não formais que já demonstravam capacidade de assegurar, pelo menos, a sobrevivência das cidadãs e dos cidadãos*”.

Dessa maneira, Pacheco (2004) não tinha dúvida que já existia uma afirmação de sociedade civil angolana que era constituída por forças sociais (associações informais, redes de parentesco, indivíduos dotados de espírito empreendedor) resultantes de um processo de urbanização recente, forças que estão em rápida e permanente transformação porque têm acesso a diferentes modernidades, não isoladas, e em permanente contato com o mundo através dos meios de comunicação e das linhas áreas internacionais, estabelecendo laços múltiplos entre si e construindo redes de autênticos contra-poderes, traduzidos em fatos conhecidos como a organização dos mercados, o estabelecimento de taxas de câmbio, as ações de reivindicações, entre outros (Pacheco, 1994, p. 07).

O ganense Gyimah Boodi (apud Pacheco, 1994) afirma que a sociedade civil organizada em África cresce num ritmo muito rápido. Já Lopes (2004, p.02), considera que, no caso angolano, esta afirmação é exagerada. Porém, segundo ele, a sociedade angolana constitui, seguramente, o segmento social de maior crescimento e dinamismo em Angola desde o início da construção da democracia nos primeiros anos da década de 1990.

¹⁷ Como exemplo, a nova Lei de Terras aprovada em 2004 revogando a Lei 21-C/92s, (sobre o Uso e Aproveitamento da Terra para fins Agrícolas).

¹⁸ ONG angolana fundada em 1991, com trabalhos que envolvem a valorização da cultura local, o desenvolvimento sustentável, a preocupação com a educação e a participação direta das comunidades em projetos. Uma Organização conceituada em Angola devido à seriedade, a independência em relação ao governo, e a sustentabilidade dos seus trabalhos.

Dois representantes do “jornalismo privado”¹⁹ angolano, Willian Tonet - redator da Folha Oito (apud Comerford, 2005) e Aguiar dos Santos - do jornal Agora (apud Comerford, 2005, p.84), em análise do fracasso das negociações do Protocolo de Lusaka (1994)²⁰, apontaram a ausência da participação de outros atores que não os militares na mesa de negociações de Lusaka como um fator significativo para o fracasso do protocolo. De acordo com o primeiro, escrevendo um mês antes da morte de Jonas Savimbi²¹, *“Lusaka falhou, não por privilegiar uma verdadeira Reconciliação Nacional. Lusaka falhou por rejeitar a participação de outros atores políticos desarmados, igrejas, sociedade civil e autoridades tradicionais (...)”*²². Para Aguiar dos Santos (apud Comerford, 2005, p.84), escrevendo em junho de 2001, o fracasso resultou na exclusão de segmentos chave da sociedade angolana nos acordos.

FESA (Fundação Eduardo Santos) e a Sociedade Civil Angolana

Em 1996 entra em cena a Fundação Eduardo dos Santos (FESA), uma ONG que tem o nome e o patronato do Presidente da República (José Eduardo dos Santos), organização que diz inspirar-se em instituições similares existentes nos grandes países democráticos e que diz pretender consolidar, como estas, os objetivos de progresso social,

¹⁹ Esse jornalismo surgiu após 1991, pois antes só existia o Jornal de Angola, do “Estado” angolano (estas aspas foram de propósito porque muitas vezes em Angola, Estado e Governo se confundem, principalmente no Jornal de Angola). Ganhou força ao longo da década de 1990 (como exemplo os jornais Actual, Agora, Semanário Angolense, Folha Oito e O independente). Comerford evita usar o termo “independente”, pois existiam alegações da existência de um jornalismo comprado em Angola, conhecido em várias partes do mundo como jornalismo “caderneta de cheques”. Dessa maneira, o termo “privado” é mais neutro, implicando menos que a designação “independente”, como é comum utilizarem (Comerford, 2005, p.80).

²⁰ Foram três tentativas de entendimento para a paz. As primeiras foram os Acordos de Bicesse (1991) que resultou numa trégua para a realização das eleições; a segunda foi o Protocolo de Lusaka (1994), que tentou criar um governo de reconciliação nacional, inclusive com membros da UNITA. No entanto, esse Protocolo falhou devido às violações do tratado, tanto pelo governo, como pela guerrilha; e finalmente, o Memorando de Luena (2002), logo após a morte de Jonas Savimbi que pôs fim aos conflitos armados.

²¹ Líder da guerrilha da UNITA, morto em fevereiro de 2002 em combate, na região do Moxico.

²² Folha Oito, em 26 de janeiro de 2002. In: Comerford, 2005, p.83.

cultural e científico em Angola²³. A FESA aparece, mais claramente, como uma instituição na qual o Presidente da República intervém como pessoa privada e cujos fundos não são os seus, mas sim os de grandes sociedades internacionais e nacionais²⁴.

Essa Fundação pode ser analisada num primeiro nível, de acordo com Christine Messiant (1999), como um produto e uma coroação do sistema geral de dominação clientelista, além de ser, também, um sinal de tentativa de reforço do poder presidencial²⁵. Basicamente, esta Fundação, como outras, “retém” dinheiro público que não é seu para realçar a imagem pessoal de benfeitor do seu “fundador e patrono” que intervém nisso como pessoa privada, mas que é também, como não deixa de lembrar a Fundação, “o Presidente da República de Angola e do MPLA, o partido majoritário no poder”, ou seja, Estado.

Para tal, a FESA, como “Estado” angolano, atua na gestão estratégica do petróleo do país, rivalizando com os interesses econômicos estrangeiros e as empresas estatais. A “taxa” (direito de entrada, contribuição em diversos projetos) é aplicada na ong pelas grandes companhias estrangeiras interessadas nos “negócios” angolanos (as sociedades petrolíferas e para-petrolíferas, as implicadas nos diamantes e nos grandes projetos de infra-estruturas, a construção, certos bancos, entre outros) e também nas grandes sociedades angolanas (como na estatal Sonangol do petróleo e na estatal Endiama, dos diamantes, sociedades que sempre dependeram diretamente, não das decisões do governo, e sim das do Presidente), bem como em diversas outras menores que também pretendem figurar neste “bloco” duplamente interessante, porque os aproxima consideravelmente do poder e das benesses²⁶. (Messiant, 1999, p.08).

²³ Ver mais na página da instituição: <http://www.fesa.org.br/>

²⁴ Basta ver as mensagens de patrocinadores nas revistas publicadas pela instituição. É comum encontrar a brasileira Odebrecht, as estatais Sonangol (petróleo) e Taag (aviação).

²⁵ É clara a referência ao culto a personalidade do Presidente José Eduardo dos Santos.

²⁶ Até então, estas grandes sociedades estavam, e ficaram, cada vez mais abandonadas pelos serviços públicos do Estado – implicadas em obras colaterais às suas atividades (estradas, água, eletricidade, infra-estruturas diversas, escolas, centro de saúde), mas estavam-no em seu próprio nome (Messiant, 1999, p. 08).

Desse modo o presidente angolano “recanaliza” em direção à sua própria pessoa uma parte dessas benesses e as redistribui, todos os anos, sob a forma de “cacho”, durante a “semana da FESA”²⁷, que dá lugar a muita publicidade, votos de felicidades e agradecimentos. A Fundação não funciona apenas com fundos privados. Dentre as realizações ostensivamente inauguradas, algumas provêm do próprio Estado²⁸.

A FESA colabora com o “Estado”, os ministérios ou as administrações locais, intervindo em complemento à “ação do governo”. Além disso, a FESA apóia também uma série de outras organizações da sociedade civil (algumas surgem na semana da Fundação). Apóia ainda a Associação de Apoio às Mulheres Rurais, na qual a primeira dama é igualmente presidente. Ela co-financia, com diversos Ministérios, esta organização econômica e apadrinha, ainda em associação com vários Ministérios, aquela fundação de proteção a natureza. Ainda financia ou co-financia e apóia, ocasionalmente, um certo número de associações nacionais, locais e de ordens profissionais (Messiant, 1999, p.10).

Foi ao falar das dificuldades financeiras vividas pela ADRA, que Luis Monteiro, Diretor Geral da instituição, afirmou que poderia chegar a FESA e dizer “precisamos de dinheiro”. Mas por compromisso com a construção da democracia em Angola, a ADRA jamais pediu auxílio à Fundação²⁹.

A FESA assim é uma evidência da privatização do Estado e de descentração do poder angolano em relação àquele e da desagregação deste mesmo Estado. Com ela “o Engenheiro José Eduardo dos Santos” assume, de alguma maneira, a “cabeça” da sociedade civil angolana, e, sintomaticamente na posição de “Patrono”, utilizando trunfos incomparáveis de um Presidente da República, torna-se de fato, e ao mesmo tempo, o chefe do Governo, o chefe do Partido e das forças armadas. Além disso, controla de forma

²⁷ Forma velada pela instituição para celebrar o aniversário (em agosto) de seu patrono, o Presidente José Eduardo dos Santos.

²⁸ Sabe-se que o centro de crianças abandonadas de Cacucaco, inaugurado em agosto de 1998, foi financiado pelo governo angolano e que os Ministérios, ou ainda o Governo provincial de Luanda, contribuíram também para o financiamento de diversos projetos (Messiant, 1999, p.09).

²⁹ Em entrevista em Luanda, 07 de dezembro de 2006.

estreita a polícia, recebe o dinheiro do petróleo não orçamentado³⁰ e controla a sua alocação (Messiant, 1999, p.11).

Esse foi o contexto, no campo da frágil sociedade civil angolana, que emergiu no final dos anos 1990. Toda dificuldade em participar do processo político se fazia presente em função do contexto de guerra. Ainda assim, neste momento, nem o contexto de guerra, nem a força das ações da FESA foram elementos inibidores às manifestações contrárias ao Estado angolano e ao seu papel no contexto da guerra.

Na afirmação de Comerford (2005, p.145) isso fica claro. Para ele, o período pós - Lusaka (1994)³¹ data o início daquilo que se tornou um engajamento significativo de paz pelas organizações da sociedade civil de Angola na forma de promoção dos direitos humanos³². Iniciativas significativas da sociedade civil angolana rumo a uma paz duradoura fizeram-se presentes após o fracasso do Protocolo de Lusaka³³.

Ongs internacionais e nacionais, igrejas, movimentos comunitários, associações culturais e profissionais, entre outras, solicitaram ao governo angolano e a UNITA que agissem juridicamente, e dentro do quadro constitucional, em defesa dos direitos humanos dos cidadãos angolanos comuns. Este discurso, que partiu do seio da sociedade para as partes integrantes na guerra, constituiu um apelo pela lei e pela ordem. Isto inverte o argumento comum segundo o qual o Estado é que vive a solicitar dos cidadãos o respeito à lei e à ordem. Nesse momento, a sociedade civil é quem está a solicitar do Estado angolano e da UNITA que procedam desta forma (Comerford, 2005, p.153).

³⁰ De acordo com documento da Human Rights Watch, “(...) em certos casos recentemente observados, as receitas de petróleo não foram processadas nem pelo Ministério das Finanças, nem pelo Banco Nacional de Angola, passando antes pela companhia petrolífera estatal, Sonangol, ou pela Presidência da República, tendo sido utilizadas secretamente para aquisição de armamentos. Estas ocorrências originaram também alegações de corrupção no setor público (...)”. (Human Rights Watch, 2002, p. 05).

³¹ Por estar “ausente” nos Acordos de Bicesse (1991), a promoção dos direitos humanos constituiu uma componente muito importante no Protocolo de Lusaka.

³² Segundo Vines (1998, p.25), as organizações preferiram chamar seus trabalhos em direitos humanos de “educação cívica”, um termo muito menos controverso aos olhos do governo.

³³ Vale a pena lembrar que muitas organizações surgiram após o Protocolo de Lusaka, daí a crescente forma de atuação da sociedade civil organizada em Angola.

O Despertar da Sociedade Civil Angolana – Dilemas e Desafios

A retomada da guerra em 1998, fez com que a sociedade civil produzisse uma série de documentos. Comerford (2005) chamou-os de “apelos de paz”, e nos apontou três importantes documentos. O primeiro, de 1999, chamado “*Manifesto para a paz em Angola*”, assinado por cento e vinte pessoas, incluindo jornalistas, sociólogos, docentes universitários, advogados, músicos, deputados, entre outros. O segundo, o documento de abril de 1999 pertencente a GARP (Grupo Angolano de Reflexão e Paz) que incluía entre os seus membros pessoas ligadas ao campo religioso, ao meio político e dos meios de comunicação. No documento citavam “*ninguém tem o direito de falar em nome do povo para fazer a guerra civil, seja esta com o argumento de defesa ou resistência. O povo não foi consultado*”. Interessante notar que os autores de ambos os movimentos sentiram-se discursando para um grupo mais amplo do que o da sociedade civil ou de atores da esfera pública, falando em nome do povo angolano para aqueles que fizeram a guerra em seu nome (Comerford, 2005, pp. 153-155).

O terceiro foi um apelo feito em 2000, pela MPD (Mulheres Pela Democracia) uma ONG de mulheres profissionais, como advogadas, jornalistas, empresárias, entre outras, formadas no exterior, com bolsas financiadas pelo governo. Esse documento se aproxima dos outros dois, mas é elaborado a partir da perspectiva das mulheres angolanas. Um sentimento de tristeza no documento que não deriva somente da continuação da guerra, mas do fato de que as mulheres como esposas e mães tinham perdido esposos e filhos durante o conflito.

O que vale em todos os documentos, segundo Comerford (2005, p.155), é a explicitação de um reconhecimento crescente de que a sociedade civil tinha um papel

fundamental na resolução do conflito. Isto refletiu um sentimento coletivo de que “o problema é nosso”, ausente no passado na busca pela paz.

Isso envolve uma série de características específicas da sociedade angolana que devem ser levadas em consideração. A saber, a sociedade civil na África é um campo muito mais contraditório do que pretende o discurso ocidental dominante, pois este privilegia de forma simplista os conflitos entre Estado e sociedade romantizando a sociedade civil como um baluarte da democracia. As formas de relacionamento de indivíduos e grupos da sociedade civil com o Estado variam da acusação, quando os seus interesses são postos em questão, à aliança e à cooperação, quando para tal têm oportunidades e vantagens (Abreu, 2006, pp.16-117).

A maioria dos grupos e organizações da sociedade civil na África é dependente da comunidade internacional, tanto para efeitos de financiamento, quanto para a aprovação de seus programas de ação, acabando por incorporarem, acriticamente, conceitos e práticas sem a necessária reflexão quanto à sua adequação ao contexto no qual vão ser aplicados (Abreu, 2006, pp.16-117).

Outro fator fundamental a ser levado em consideração é a dificuldade existente na comunicação entre o governo e a sociedade civil naquilo que se refere ao planejamento de políticas públicas. Embora oficialmente se considere que os novos instrumentos legais (como as novas Leis) tenham sido produzidos em ambientes de consulta entre o Estado e a sociedade, e que organizações civis tenham se mobilizado para participar efetivamente dessas consultas, as experiências com os processos de preparação e aprovação do Regulamento das Associações, da Lei de Terras, da Lei do Investimento Estrangeiro e da própria Lei Constitucional, entre outros, demonstram que as instituições do legislativo e do executivo angolano continuam pouco abertas ao debate de idéias e à incorporação das visões e expectativas de atores não-estatais (Abreu, 2006, p.34).

Além disso, no próprio bojo da sociedade civil angolana existe a sensação de que está na própria estrutura do Estado a dificuldade de desenvolver uma maior participação

das organizações na construção de políticas. O Orçamento Geral do Estado (OGE) de Angola, por exemplo, não repassa nada para o município, muito menos para a Comuna³⁴. O poder está centralizado no governador da província, que tem muita dificuldade em dialogar com as organizações da sociedade civil angolana, assim como essas organizações, que trabalham principalmente como organizações de base e relacionadas com o poder local, têm dificuldades em terem acesso ao governador da província. O excesso de centralização política e administrativa em Angola é mais um fator que dificulta a participação da sociedade civil e não contribui para a democratização do país.

Dessa maneira, entendemos que, em nível local, existe uma significativa participação e colaboração de grupos e organizações no que tange o diálogo em alguns Conselhos e Fóruns, no entanto existe uma grande dificuldade quando se trata de poderes do Estado, principalmente nas autoridades que detêm os recursos.

De acordo com Pacheco (2004, p.79), é freqüente ainda hoje se atribuir todos os malefícios da vida política, social e econômica ao período fascista – colonial português, e ao leninismo, do Partido Único do MPLA, o que para esse autor não é verdadeiro. Tanto as práticas fascistas (como o culto ao chefe, por exemplo), como as leninistas (submissão à direção centralizadora), são também complementadas pela matriz cultural Bantu³⁵, na qual, tradicionalmente, líderes e chefes não têm o costume de prestarem contas aos liderados³⁶, no sentido de dar satisfação, de apresentar resultados de uma ação de que se é incumbido, o que hoje têm efeitos perniciosos na sociedade.

³⁴ Angola está dividida em 18 Províncias, 164 Municípios e 578 Comunas. O governador chefia a província e administradores chefiam os níveis inferiores do poder autárquico. O Presidente nomeia todos estes funcionários. Apenas o governador da província recebe parte do Orçamento Geral do Estado, o que demonstra grande centralização política e financeira.

³⁵ Os bantos são cerca de 400 grupos étnicos diferentes na África, unidos pelo mesmo tronco lingüístico, o Bantu. Em Angola, a maioria étnica vem dos bantos. Em muitos casos partilham de hábitos e costumes comuns.

³⁶ Isso tanto acontece ao nível da família, como da comunidade e da nação.

Além de tudo isso, resta saber qual papel terá a sociedade civil ao longo do processo eleitoral³⁷. Essa é uma questão extremamente importante, já que as organizações que não se envolveram com a guerra ficaram ausentes dos processos de cessar-fogo de Bicesse e Lusaka. Além disso, nos últimos anos da guerra, percebe-se claramente uma maior participação da sociedade angolana em termos de mobilização no que diz respeito ao fim do conflito.

Sob este contexto são lançados desafios significativos à sociedade angolana. Em sociedades pós-conflito a preocupação do cidadão e da sociedade civil orienta-se quase sempre para o comportamento dos políticos, ou seja, como vão se comportar os políticos em campanha eleitoral e com relação ao anúncio dos resultados finais. Esta preocupação encerra em si uma outra preocupação, a manutenção e a consolidação da paz, pois o cidadão não quer que seu voto resulte em uma violência política³⁸ (Mazula e Mbilana, 2003, p.01).

Santos (2003), aponta quatro grandes desafios para o Estado e para a sociedade angolana nesse contexto de paz. O primeiro é o da desigualdade social. Angola é um país riquíssimo e a esmagadora maioria do seu povo vive na miséria. A guerra serviu, até agora, para encobrir que é nas desigualdades que reside uma das mais persistentes continuidades entre a Angola colonial e a Angola pós-colonial.

O segundo desafio é o da construção de um Estado democrático, eficiente e íntegro. Nesse contexto, reconhece Santos (*idem*), o peso da herança do Estado colonial é muito forte. Mas ele está longe de explicar tudo. Esse desafio, para o autor, confronta dois grandes obstáculos. O primeiro é o da corrupção, ou seja, a privatização do Estado por

³⁷ Depois do fim do conflito armado, em 2002, esperava-se eleições rapidamente. No entanto até hoje elas não aconteceram. Está prevista eleição legislativa para 2008 e para o executivo em 2009. A sociedade civil tenta pressionar o governo para antecipar os prazos, acusando o Presidente de tentar perpetuar-se no cargo (vale dizer que José Eduardo dos Santos é o terceiro Presidente na África há mais tempo no poder).

³⁸ Os próprios autores, que falam da experiência eleitoral em Moçambique, reconhecem que ainda são poucas as experiências práticas das organizações da sociedade civil sobre prevenção de conflitos eleitorais (2003, p. 04). Daí a importância crescente dos estudos sobre o tema.

parte da elite no poder. O segundo obstáculo é o da difícil interiorização da mentalidade democrática por parte das forças políticas que conduzem a transição democrática. O Partido Único acaba não deixando de o ser, mesmo sendo reconhecida a existência de outros partidos e de se aceitar a disputa eleitoral.

O terceiro desafio na visão de Santos (ibidem) é o da construção de um modelo político, social e cultural genuinamente angolano, um modelo que assuma o legado cultural do país (muito dele preexistente ao colonialismo) e o faça de maneira não tradicionalista, ou seja, em nome de uma racionalidade mais ampla que a ocidental e de uma modernidade menos imperial e mais multicultural do que a imposta pelo colonialismo e pela globalização neoliberal.

Finalmente, o quarto desafio para Santos (idem, p.01-02) consiste na reconciliação nacional. As tarefas de reconciliação são particularmente fundamentais para Angola porque não diz respeito exclusivamente à reconciliação entre os inimigos da guerra civil, mas também à construção de uma sociedade democrática em Angola, o que pressupõe que, para se quebrar definitivamente a fragmentação que caracterizou o governo do MPLA desde a independência, Angola deverá ter a coragem de construir concretamente uma comissão de reconciliação.

Considerações finais

São grandes os desafios da sociedade civil organizada angolana nesse contexto de paz. A busca pela democratização e pelo fortalecimento das frágeis instituições democráticas parece-nos os elementos mais importantes para este feito.

Para isso, torna-se fundamental a valorização das culturas angolanas. A sociedade civil angolana deve pautar-se em busca de políticas que respeitem os variados aspectos de sua cultura para que não seja forjada uma organização civil artificial e, porque não, um engodo, à medida que se distancia da realidade concreta daquele país.

Por sua vez, o governo deve buscar um maior apoio da sociedade angolana para desenvolver melhor a sua política. Num país com baixíssimo índice de desenvolvimento humano, o governo não tem conseguido dar assistência mínima para sua população. Por isso é fundamental a parceria com a sociedade civil que, muitas vezes, tem um maior conhecimento da região ou do contexto, mais até que o próprio governo.

Acreditamos que a melhoria das condições de sobrevivência da população e o combate à pobreza no país só acontecerão como resultado de um trabalho conjunto entre o governo e a sociedade civil, sendo fundamental superar todos os constrangimentos que ainda persistem. Para tanto, o despertar da sociedade civil angolana - de forma democrática, participativa e respeitadora da diversidade presente no país, é fundamental, pois tais dilemas só serão resolvidos se Angola consolidar uma sociedade civil efetivamente madura.

REFÊRENCIAS

- ABREU, Cesaltina Cadete Basto de. *Sociedade civil em Angola: da realidade à utopia*. Tese de doutorado. UCAM, IUPERJ. Rio de Janeiro, 2006.
- COHEN J. e ARATO A. *Civil Society and Political Theory*. MIT Press. Cambridge, 1992.
- COMERFORD, Michael G. *The peaceful face of Angola: Biography of a peace process (1991 to 2002)*. John Meinert Printing, Windhoek, 2005.
- DAVIDSON, Basil. *Angola no centro do furacão*. Edições Delfos, Lisboa, 1974.
- FREUDENTHAL, Aida. Um partido colonial – Partido Reformista de Angola – 1910-1912. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Instituto de Investigação Científica Tropical. Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, nº 8-9, Lisboa, 1988.

- GONÇALVES, José. *O descontínuo processo de desenvolvimento democrático em Angola*. Centro de Estudos Africanos. ISCTE. Lisboa, 2004.
- HUMAN RIGHTS WATCH. *Briefing sobre Angola apresentado ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas ao Abrigo da Fórmula Arria*. Nova Iorque, março, 2002.
- LOPES, Filomeno Vieira. *The challenges of democratization. From military peace to social justice? The Angolan peace process*. Accord, Londres, 2004.
- MAZULA, Brazão e MBILANA, Guilherme. *O papel das organizações da sociedade civil na prevenção, gestão e transformação de conflitos: a experiência de Moçambique. Comunicação apresentada na Conferência co-organizada pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola e pela Fundação Friedrich Ebert, sobre Prevenção, Gestão e Transformação de conflitos eleitorais na região da SADC*. Luanda, 2003.
- MESSIANT, Christine. *A Fundação Eduardo dos Santos (FESA). A propósito da investida do poder angolano sobre a sociedade civil. Politique Africaine*. n° 70, 1999.
- MIGUEL, Adão Avelino. *Cidadania e civismo: entre a interpretação e a reinterpretação da sociedade civil angolana. Lucere*. Revista Acadêmica da UCAN - Universidade Católica de Angola. Centro de Estudos e Investigação Científica. N° 3, ano 3, agosto de 2006.
- MILANDO, João. *O colonialismo em Angola: dinâmicas do pós-independência*. Centro de Estudos e Investigação Científica. Universidade Católica de Angola, n°3, Luanda, 2006.
- PACHECO, Fernando. *Democracia e sociedade civil em Angola. XII Conferência Internacional de Lisboa*. Instituto de Estudos Estratégicos, Lisboa, 1994.
- _____. *Uma proposta de valorização da tradição e da cultura em favor do desenvolvimento e modernidade. Lucere*. Revista académica da UCAN. Universidade Católica de Angola. Ano 1, vol.1. Luanda, 2004.



Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 3 n. 1 (1), agosto-dezembro/2006, p. 44-66
ISSN 1806-5023

PESTANA, Nelson. As dinâmicas da sociedade civil em Angola. *Centro de Estudos africanos*. ISCTE. Lisboa, 2004.

SANTOS, Boaventura Sousa. Angola na viragem. *Revista Visão*. Lisboa, agosto, 2003.

VINES, A. Peace postponed, Angola since the Lusaka Protocol. CIIR, Londres, 1998.